



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 63ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 21 de setembro de 2015, com início às nove horas e quarenta e seis minutos sob a Presidência do Vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **ROMULO QUINTINO** e com a presença dos vereadores: Celso Dal Molin, Cláudio Gaiteiro, Fernando Winter, Gugu Bueno, Ganso Sem Limite, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Marcos Rios, Luiz Frare, Luiz Amélio Burgarelli, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Professor Paulino, Pedro Martendal, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental dou por aberta à sessão e solicito ao senhor Secretário que efetue a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Projeto de lei nº 108/2015. Projeto de lei nº 109/2015. Projeto de lei nº 110/2015. Projeto de lei nº 111/2015. Parecer nº 176 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei complementar nº 2/2015. Parecer nº 76 favorável da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei complementar nº 2/2015. Parecer nº 180 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 103/2015. Parecer nº 73 favorável da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei nº 103/2015. Ofício SEAJUR/ATL nº 292/2015, em resposta ao requerimento nº 382/2015 do vereador Cláudio Gaiteiro. Ofício nº 1112/GAB/SEMED/2015, em resposta ao requerimento nº 424/2015 da Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Inscritos pra falar no grande expediente os vereadores: Luiz Amélio Burgarelli, Pedro Martendal, Paulo Porto, Luiz Frare, Rui Capelão, Nei H. Haveroth e Professor Paulino. – Presidente: Finda está à matéria de expediente. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA**: - Presidente: Deixo a palavra livre pra inclusão ou destaque para a ordem do dia. (não houve). Vossas Excelências já devem ter tido conhecimento de que nós, em solidariedade às prefeituras do Paraná, aderimos ao manifesto, pedindo que alguns recursos importantes do Governo Federal sejam repassados ao nosso Município, principalmente alguns programas que correm risco de terem seu fechamento. Então, à tarde não teremos expediente, por isso resolvi prorrogar o prazo pra emendas e requerimentos pra sessão de manhã; então amanhã até às 9:30, a secretaria está autorizada a receber o protocolo tanto de emendas como de requerimentos. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Rui Capelão: Nessa questão, quero fazer algumas críticas neste sentido. Espero que não tenha ofendido ninguém; mas acho que a questão do meio expediente vai prejudicar. Uma das coisas que vai prejudicar são as Comissões que vão ter que dar parecer às emendas de amanhã e que, não terão tempo hábil pra apresentação das emendas. Minha crítica é que o protesto acompanhasse o prefeito hoje, durante todo dia e, que a sessão fosse transferida pra amanhã. Como foi após o 7 de setembro; essa decisão eu havia sugerido, inclusive não foi tomada, conforme a gente espera e por isso, acho que a sessão de amanhã será bastante prejudicada pras Comissões que têm que dar seu parecer. – Presidente: Registrada a sua crítica, mas na verdade não muda muito, porque as emendas podem ser protocoladas até 17 horas e as Comissões,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

principalmente a Comissão de Constituição e Justiça, nunca deliberam após as 17 horas, sempre é na parte da manhã; então na prática não altera muito os trabalho da Comissão de Constituição e Justiça. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Como já temos programado nossa reunião da Comissão de Constituição e Justiça pra 9 horas, inclusive vou pedir a Vossa Excelência, se pudesse ser até 9 horas o protocolo dessas emendas. – Presidente: Está às 9:30 horas e peço que a Comissão de Constituição e Justiça prorogue sua reunião pra 9:30 horas. **ORDEM DO DIA** – Presidente: Temos as atas da 61ª e 62ª sessões ordinárias, realizadas dias 14 e 15/09/2015; em discussão as atas. Em votação, os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; atas aprovadas pela totalidade dos senhores vereadores. Temos em primeira discussão o Projeto de lei nº 72/2015, que dispõe sobre reservas de vagas para veículos dirigidos por pessoas idosas e por pessoas com deficiência, em estacionamento regulamentado, nos locais que especifica, de autoria dos vereadores: Luiz Amélio Burgarelli e Pedro Martendal. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Luiz Amélio Burgarelli. - Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Quando nos deparamos em vários locais da cidade a reserva de vaga pra idoso, deficiente, a gente observa que nem sempre a localização dessas vagas têm critérios. Fomos buscar na Cettrans saber, qual a melhor localização pra essa reserva de vagas e não existe nada disciplinando quanto à prioridade e não existe qual a proporção. Digamos, a cada 30 vagas de estacionamento público na cidade, quantos seriam destinados a deficientes e idosos e, qual a localização dessas vagas? Conversando com pessoas da própria administração da Cettrans, a gente não quer impor, mas a gente pelo menos sugere bom senso, no sentido de que essas vagas, já que são pra idosos, deficientes, que fiquem nos locais mais usados por essas pessoas, que sejam: bancos, instituições públicas e áreas clínicas ou de instituições de saúde. Era essa a intenção quando fizemos esse projeto, uma vez que sou suplente aqui, na Casa e o Pedro Martendal pediu pra subscrever. Essa era a orientação, e essa é minha vontade, que esse projeto seja aprovado nesta Casa. E fica à disposição se alguém quiser subscrever comigo essa ideia. Obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Só quem tem familiar com algum tipo de deficiência ou atua na área, entenderá a importância dessa lei. Sabemos a dificuldade que é uma pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida se locomover e, muitas vezes, vemos a reserva de vaga lá no final da quadra, quando a lotérica, farmácia está no meio da quadra ou na outra extremidade. Além do mais, nós tivemos recentemente sancionado pela presidente da República o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei federal nº 13.146, do dia 6 de julho de 2015, onde no artigo 9º já assegura e está aqui, muito claro o artigo 9º: *do atendimento prioritário. A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário*; então, a disponibilização dessa vaga num local que lhe assegure melhores condições de ter acesso no serviço público... estamos apenas, respeitando o que está no Estatuto. Essa lei de iniciativa do Luiz Amélio Burgarelli e com minha concordância e participação, ela vem disciplinar e, então não está afrontando a Lei Federal. Também na Constituição Federal, a pessoa



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

com deficiência tem direito a atendimento prioritário. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Jorge Bocasanta: Isso aqui é uma coisa lógica, só que o dinheiro, o lucro é mais importante do que fazer acessibilidade a todos. Vou votar favorável, acho que esses serviços públicos tinham que começar a fazer serviço público e por uns trocos a mais não fazem o que determina a lei. Essa acessibilidade é muito boa. Obrigado! – Vereador Pedro Martendal: Seria isso. – Presidente: Continua em discussão o projeto. Em votação, os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; Projeto de lei aprovado em primeira votação pela totalidade dos senhores vereadores. Temos a primeira discussão do Projeto de lei nº 97/2015, que dispõe sobre alterações no plano de cargos, vencimentos e carreiras do servidor público municipal, lei municipal nº 3.800/2004 e dá outras providências, de autoria do Executivo Municipal. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Vamos votar a favor e acreditando que amanhã, possamos ter alguma novidade. E este vereador fez uma emenda pra valorizar os trabalhadores da guarda patrimonial, que até hoje contribuíram com a nossa cidade. Quero lembrar, que quando fui diretor da Secretaria de Assuntos Comunitários, juntamente com o Paulo Porto, acompanhamos muito o trabalho da guarda patrimonial até em situações em que recolhiam pessoas da rua, levavam pra serem alimentadas, pra ajudá-los, então passamos pelo princípio que já trabalhavam como guarda municipal. A emenda que este vereador coloca e que já está no protocolo, esperamos que amanhã possamos discutir essa emenda, onde não estamos mudando em nada a categoria do projeto do prefeito, mas colocando qualidade de trabalho nos próprios guardas patrimoniais que temos hoje. Amanhã, estaremos discutindo essa emenda, pra que possamos valorizar esse grupo de trabalhadores. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Entendo que esse projeto está fora de propósito, porque o momento não é de criar cargos. Já estamos fazendo protesto por falta de verbas e, por que estamos criando cargos, neste momento? Haveria necessidade de um estudo melhor. Sabemos que é decisão política por promessas de campanha, mas a formação desses guardas tem que ser uniforme. Da forma que veio o projeto, a formação não é uniforme; a formação pede que ele tenha curso de formação de segurança e muitas vezes, esse curso de formação está direcionado a várias áreas como: segurança de banco, de carro forte, tem vários direcionamentos; quando que a função da guarda patrimonial também, seja bem mais ampla, e isso me representa que o projeto fala que, seja usado o fim de semana pra curso de formação, sábados e domingos, por exemplo. Se vamos querer dar uma formação adequada a essas pessoas que vão usar armas, tem que ser no horário de expediente. Estou notando que o projeto, na realidade traz empecilhos, porque não temos dentro do serviço público municipal, pessoas competentes pra dar essa formação adequada. O município teria que contratar pessoas pra essa formação adequada, que precisa ser uniforme. Quem responde por um guarda, armado, no caso dele ter que fazer uma abordagem e ter que usar essa arma? Unicamente, ele? Não. Os chefes deles também terão que ser



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

responsabilizados, pois são responsáveis por sua formação profissional. Há muitas discrepâncias dentro do que é necessário. Na Copel tínhamos uma guarda armada, tinha 4 guardas-chefes pra 60 guardas-armados. Tínhamos pessoas preparadas pra um grande grupo de guardas. Vejo que há mudanças, aqui. De repente, estamos colocando cargos desnecessários e outros sendo prejudicados, neste sentido. Não vejo com bons olhos no momento este projeto, principalmente a questão financeira do município, em estar apresentando um projeto de alto custo e fazendo hoje um protesto contra repasses do Governo Federal; dizendo que os caixas estão com deficiências e querendo cortar benefícios de idosos e de outras pessoas, por falta de recursos. Com o conhecimento, como ex-policia militar e como técnico em segurança do trabalho, eu digo que, o projeto não é adequado pra o momento do município. Sou contrário ao projeto pelas informações passadas, neste momento. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: O que o Rui Capelão falou, é a mais pura verdade. A segurança das fronteiras é do Governo Federal. O Governo Municipal está pegando mais um abacaxi, pra descascar. Não se tem dinheiro hoje, que vão fechar a bodega; a bodega hoje vai estar fechada; mas estão querendo invadir uma competência que não é do município; do município seria os guardas patrimoniais. Guarda armada é do Estado. Esse IPVA que pagamos que foi um absurdo de aumento, a luz, água, isso não é do Governo Federal é do Estado e ele não consegue... e o que o Governo do Estado dá pra nós, hoje? A segurança e uma parte da educação, o resto não dá mais nada. As rodovias tudo pedagiadas. Se ele não conseguir nem dar segurança, que é dever do Estado, a saúde não precisa nem falar que é também, do Estado. Quando se tem dinheiro pra fazer alguma coisa é outro departamento, vamos deixar pra investir nos Cmei's, fazer um transporte rural decente. Em Itapejara está sobrando ônibus novos e aqui, estão respondendo até no Ministério Público por falcatrua. A prefeitura tem que ficar mais no que é de sua responsabilidade, enquanto a segurança é do Governo do Estado. Não temos dinheiro e estamos aumentando gasto; está faltando administração. O meu voto vai ser contrário, porque o Rui Capelão me alertou uma coisa: temos que diminuir os custos do serviço público. O povo não consegue mais pagar imposto. Quem consegue deixar uma luz acesa? Daqui a pouco vamos ter que usar vela. Água, vamos ter que abrir poço; a saúde, estamos também, com dificuldade. Agora, a prefeitura vai pegar mais um encargo que é do Governo do Estado e passar pra o município? Então vou pedir voto contrário até que, o caixa da prefeitura se estabilize. Acho que como tinha o dinheiro do Governo Federal; acho que a prefeitura já pegou o dinheiro e ela tem que fazer a lei pra contemplar esse dinheiro que devem ter pegado, porque outro motivo não tem que criar essa guarda municipal. Então o meu voto vai ser contrário à criação da guarda municipal. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: Guardadas as devidas proporções do mérito da questão, os senhores são contra a criação da guarda armada? Se o Estado falhar, Cascavel vai ficar refém de decisão do Estado, Federal e não fará sua parte? – Vereador Jorge Bocasanta: Não temos dinheiro pra fazer tudo. O município não pode



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

querer dar segurança que é de direito, é do Estado. Tem que chamar o secretário do Estado e perguntar: por que não tem segurança? - Vereador Romulo Quintino: Me assusto com a posição de vocês. Não tenho dúvida que tudo que venha fortalecer a segurança, seja ela nos mais diferentes âmbitos e formas, porque o governo municipal não tivesse condições de montar e fortalecer; não temos dúvida que o Estado deveria fazer sua parte, a Federação deveria fazer sua parte, mas na prática isso não está acontecendo e se o município está querendo implantar mais essa guarda pra fortalecer a segurança do município; não vejo como uma possibilidade do município encaminhar pra esta Casa um projeto que, não tenha condições de cumprir. Diferente do que estamos vendo na questão de saúde, o Governo Federal colocou todas as exigências e necessidades pra implantar o Consamu. Os municípios implantaram e agora, o Governo Federal não tem condições de pagar. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Rui Capelão: Não falei que era contrário à guarda municipal. Sou contrário ao projeto da forma que está se apresentando, tanto na questão de admissão do pessoal como na questão também, hoje de uso da verba pública e da forma que será montada essa guarda municipal. Inclusive hoje, parece que até se rejeita os guardas patrimoniais pra este caminho o que poderia ajudar muito nos custos da formação dessa guarda municipal, aproveitando a guarda patrimonial. Sou favorável à guarda, mas da forma que está sendo colocado, pode ser um tiro que irá atingir muita gente e temos responsabilidade por isso. - Vereador Romulo Quintino: Sem dúvida, a questão da guarda que existe, hoje faz um trabalho notável há muito tempo; mas estamos falando em ser contrário ao fortalecimento da segurança em Cascavel. Os senhores reclamam da falta de segurança e estamos com um projeto pra ser deliberado que, vai criar mais 100 postos pra segurança da cidade e ouço uma conversa de que é contrário. Está faltando bom senso. Estamos vivendo uma profunda insegurança e não é hora de apontarmos a falha; se é do Governo Federal, do Governo Estadual, mas neste momento o Governo Municipal está tentando dar sua contribuição em criar 100 cargos pra segurança e me assusta, estarmos ouvindo o reclame nas ruas em geral, as pessoas querendo que se fortaleça ainda mais e precisa ser fortalecido. Precisa ser ampliado e me perdoe quem for contrário ao projeto, neste primeiro momento; mas estão andando na contramão daquilo que a sociedade quer. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Esse projeto tem que tramitar, porque se pegarmos a Constituição no artigo 144, parágrafo 8º, já dispõe sobre as guardas municipais e aí, vamos pra lei 13.022 que é o Estatuto Geral das Guardas Municipais que também, se refere a esse artigo da Constituição e no artigo 22 está expresso o seguinte: *aplica-se essa lei a todas as guardas municipais*. Se é todas, entra a guarda patrimonial existentes na data de sua publicação, a cujas disposições devem adaptar-se no prazo de 2 anos, após a lei. Se a lei foi no dia 08/08/2014, já estamos em atraso, analisando isso. O projeto tem que tramitar, mas acho que temos que apresentar pra segunda votação algumas emendas, adequando essa lei à situação da guarda já existente; porque está claro aqui na Legislação Federal, quando se fala: “a todas as guardas municipais”. Se não ficarmos



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

atentos à guarda já existente, a guarda patrimonial é uma das guardas que estão abarcadas, aqui e eles têm direitos adquiridos que poderão ser reivindicados, na sequência. Criamos uma nova guarda, não reconhecemos o direito deles e, eles vão pra Justiça e vão ter esse direito. Temos que ter responsabilidade com isso, porque a lei já diz: todas as guardas municipais. Precisamos é ter dentro dessa nova Guarda Municipal, ter distinção pra que acolha os que já estão. E entendo vereador Jorge Bocasanta e Rui Capelão, quanto à questão do custo. Se tivermos 2 guardas, evidentemente que teremos um gasto maior. Temos que fazer essa adequação analisando o direito das pessoas, que são direitos adquiridos. Talvez, na questão do curso de formação terá que ser olhado com mais cautela. Temos que ver a questão de quem poderá utilizar uma arma ou não. Não podemos esquecer a Legislação Federal, tanto a Constituição Federal como o Estatuto das Guardas Municipais, que é a lei 13.022 que está muito claro, aqui. Abarca todas as guardas municipais. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra Vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Teve um vereador que falou: sou a favor, mas sou contra. Como a história do dinheiro: “dinheiro tem, mas acabou”. O Projeto de lei nº 97, versa sobre alterações no plano de cargos, vencimentos e carreiras do servidor público de Cascavel. Fica alterado o anexo I, quadro de quadros II, da lei 3.800/2004, no que se refere à classe de vencimentos, função, atividade, requisitos e quantidade de vagas do cargo de guarda municipal, conforme segue. Aqui, estabelece a quantidade de cargos, requisitos e seus níveis e a necessidade da aprovação desse projeto; se deve à necessidade dos municípios se adequarem, no que tange à segurança pública do país. Como falaram aqui, se a União, Estado não faz sua parte; o Município não pode ficar de braços cruzados. Torna inevitável a participação dos municípios neste processo. A Constituição Federal de 98 e também, mais recente no Estatuto das Guardas Municipais na Lei Federal 13.022 dentre outras normas, o município de Cascavel vem propor a adequação do quadro de guarda municipal, no que se refere à classe de vencimentos, função, atividade, requisitos e quantidade de vagas. É bom lembrar que o projeto amplia de 50 pra 100 vagas; entretanto inicialmente, a previsão é de preenchimento de 50 vagas. Sabemos da importância da aprovação desse projeto nº 97 e se houver emendas vamos discuti-las, mas é importante que aprovemos esse projeto, hoje; pra que amanhã se discuta essas emendas. Pra quem sabe, adequar alguns itens do referido projeto. Hoje é importante que aprovemos tanto o nº 97 como o nº 98. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Votarei contrário, porque é um projeto que vem em má hora. Amanhã; fecharemos as portas por falta de repasse do Governo do Estado e Federal. Hoje, não é um bom momento pra esse tipo de debate e ampliação dos gastos. Esse projeto está sendo imposto pelo Executivo sem nenhum diálogo com a categoria. Esse talvez seja o principal motivo, e não tenho nenhuma esperança que amanhã as emendas sejam aprovadas. Não tenho nenhuma esperança que amanhã, não seja um rolo compressor nesta Casa como tem sido e acontecido nos projetos do Executivo, pra aprovar essa lei. Defenderei as emendas pra tentar preservar e garantir o mínimo do



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

que não foi garantido por respeito à categoria, mas acho difícil aprovarmos amanhã. Por último, acho difícil um município que sequer paga o piso nacional dos professores, que é uma vergonha nacional; não pagar e, criar uma nova categoria no quadro de funcionários. E concordando com o vereador Cláudio Gaitero da necessidade de se debater esse tema, porque tem uma lei nacional que se busca readequar as guardas patrimoniais e se criar as guardas municipais. Não vejo problema em fazer isso, mas que se faça pautado pelo diálogo com a categoria e que se faça quando, se pagar o piso nacional, que é uma vergonha isso pra Cascavel e, a todos os servidores municipais. Mas amanhã, vereador Celso Dal Molin, defenderei as suas emendas. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Cláudio Gaitero: Só a questão do diálogo, discordando de Vossa Excelência que nós estreitamos o relacionamento entre o Executivo e os guardas municipais, sindicato; onde houve uma ampla reunião com discussões jurídicas, técnicas e foram sanadas algumas dúvidas a respeito; então houve o referido diálogo. Obrigado. - Vereador Paulo Porto: Pra encerrar, depois que for aprovado o pedido de urgência, o diálogo houve. Depois que não há nada a fazer, a não ser as emendas. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Rui Capelão: A questão das emendas me preocupa muito, porque poderão passar e voltar vetadas pelo prefeito. Será derrubado o veto? E se for, o prefeito poderá recorrer. Já conheço esse filme, desde os orçamentos. Vejo uma dificuldade muito grande, por isso sou contra o projeto, porque acredito que as emendas trarão bastante prejuízo, na sequência e, inclusive pra esta Casa, porque você tem que votar a favor por pressão do Paço municipal. (-Um aparte) – Vereador Paulo Porto: Pois não. – Vereador Celso Dal Molin: Não podemos desistir da luta, não é porque as emendas não passaram que vamos desistir. A emenda que fiz, no nº 97; depois de pronta, convoquei a guarda patrimonial, todos leram e concordaram. A emenda nº 97 vem com o apoio deles. A guarda municipal é importante, mas somos a favor da valorização dos que já estão na guarda patrimonial. - Vereador Paulo Porto: Amanhã, apoiaremos suas emendas. Oxalá sejam aprovadas, mas ando como aquele ditado grego: sem medo e sem esperança. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Vereador Paulo Porto, quando ele atravessa o assunto sobre o piso nacional dos professores quero apenas lembrar ao nobre colega, que bom seria se todos fizessem sua parte, Estado, Município e União. Que bom seria, se o Governo Federal que se comprometeu a colocar 140 mil reais por mês no Samu, tivesse pago uma única prestação. Desde março de 2014 está atrasado, provavelmente fecha o serviço por falta de contrapartida da iniciativa do Governo Federal. Que bom, seria se o governo cumprisse com suas obrigações e pagasse as obras em andamento dentro do seu cronograma de medição. Que bom seria, se o Governo que está hoje, desesperadamente atrás de implantar uma CPMF, tão combatida pelos opositores dos governos que se passaram. Que bom seria, se o governo colocasse em dia o FIES junto às universidades. Que alívio pras escolas que têm convênio com o Pronatec e não recebem e, estão devendo em bancos; porque o governo não cumpre sua parte. Que bom seria, se todos os órgãos fizessem sua parte, mas infelizmente o protesto de hoje dos municípios paranaenses



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

têm um fundo de desespero que, muitos deles que dependem 90% do recurso do FPM e não têm como se sustentar nos próximos meses. Que bom seria, se tivéssemos responsabilidade, planejamento, se não tivéssemos tido um programa de poder ao invés de um programa de governo. Que bom seria, se o Governo Federal colocasse em dia suas obrigações, junto ao município e, quiçá não sobraria dinheiro pra pagar o piso nacional que está sendo pago, sim. Dinheiro no bolso dos professores não está faltando. É um abono, mas é uma maneira de contemplar e complementar um piso que não está sendo pago momentaneamente, não por falta de recursos do município, mas pela Lei de Responsabilidade Fiscal que diz que: não pode passar determinado percentual da folha de pagamento. Que bom seria, se o governo fizesse sua parte ao invés de admitir 105.000 funcionários públicos passando de 40.000 anuais pra 110.000 só nos últimos 4 anos ou 205.000 funcionários públicos de 2003 a 2008; quiçá a máquina pública não estaria mais enxuta e o sacrifício do povo brasileiro em pagar a conta não seria minimizado. Era isso. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: Belo discurso do vereador Luiz Frare que não tocou no assunto, que tinha que ter falado que é porque não fez o debate com os guardas patrimoniais antes de vir este projeto. Ele desviou, foi falar da Dilma, porque não fala do Beto Richa que tem mais um pacote, inclusive A Gazeta traz na capa as imagens do 29 de abril que ainda, nos arde os olhos. Aquela guarda não queremos, aquela que agride a população; precisamos de segurança que venha proteger a vida das pessoas. Tenho certeza que os companheiros que aqui estão, fazem muito bem. Não vi nenhum tiro de guarda aqui, ninguém atirando bomba nos trabalhadores que se aproximam dos espaços públicos. Tenho medo que alguns de nós e, se não for debatido, se colocarmos de repente sem o devido preparo até nossas vidas, podemos quem sabe, tomar uma bala na testa. Lamentável, mas temos que tratar o ser humano como de fato. Inclusive, em relação ao Samu, não foi a Dilma que prometeu helicóptero, quem prometeu o helicóptero pra o Consamu foi o governador que, inclusive, ganhou a eleição pra nossa região prometendo isso. Isso não é projeto do Governo Federal, o helicóptero. Bom seria, mas isso não é projeto do Governo Federal. E o Consamu, sabemos, tem que ajustar algumas questões técnicas pra poder... também, não dá pra negar que o mundo capitalista está em crise. Hoje, verificava em Foz do Iguaçu a chegada de sírios, libaneses, pessoas que fogem do chamado primeiro mundo. O Brasil não é uma ilha, Cascavel não é uma ilha. E dizer que podíamos inclusive neste debate, aproveitando a estrutura da guarda patrimonial que hoje tem, daria muito bem pra estar criando a guarda municipal. Podíamos estar evitando essa questão da prudência econômica, responsabilidade fiscal, que não dá pra aumentar o salário dos professores, garantir o mínimo e, de repente devíamos criar uma estrutura a menos. E aqui, daria pra já ter colocado essa guarda municipal com os recursos que já recebemos. Já recebemos recursos pra isso; tanto é que foi implantada a guarda municipal com os recursos federais que vieram, mas não fizemos o dever de casa, não precisava montar outra estrutura, monta-se em cima do que temos, hoje. Então quero crer, vereador Celso Dal Molin que a emenda que o senhor propôs oxalá



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

que, passe. Que ela de fato se transforme em lei. Neste momento somos contra e amanhã passando o projeto, somos favoráveis à emenda e votaremos favoráveis, levando em consideração o debate já feito com a categoria. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Jorge Menegatti. – Vereador Jorge Menegatti: Vejo que Cascavel deve uma quantidade de dinheiro extraordinária. Há poucos dias aprovamos uma rolagem da dívida do IPMC pra pagar até 2040, milionária. Comentávamos aqui, na sala dos vereadores, que os próximos prefeitos dificilmente conseguirão pagar, porque é muito alta; mas mandamos pra o próximo prefeito esse abacaxi que deveria ter sido resolvido há alguns anos. Temos as obras do PDI sendo executadas em Cascavel, que ao meu modo de ver a Avenida Brasil poderia ser mudado num calçadão. Não vejo necessidade de fazer o que estão fazendo. Não precisava gastar os 40 e poucos milhões. Quem vai pagar essa conta são os próximos prefeitos; não será pago nesta administração. Tivemos aumento dos funcionários de 6% da prefeitura e, não de 8,3%, porque não tinha dinheiro pra pagar. Não tinha verba pra pagar e agora vão criar uma despesa. Não sou contra a criação da guarda municipal, mas minha preocupação é como vão pagar essa conta. Se não conseguem pagar o mínimo pra os professores, como vão pagar a guarda patrimonial? Esse projeto está sendo feito, porque não será pago por este prefeito, mas pelos próximos. “Vamos aumentar a despesa no caixa da prefeitura e eles que se virem!” Fica inviabilizada a prefeitura, vão passar 4 ou 8 anos pagando conta, depois vem um candidato a prefeito daqui a 5 anos do Partido deles e daí, vem como salvador da pátria, porque o atual prefeito estará inviabilizado por falta de recursos. Por que não criaram isso, no começo do mandato? É fácil criar e deixar pra o próximo prefeito. Nós políticos, estamos passando por uma situação difícil no país. Quem quer ouvir falar de político, na atual situação, hoje? Ou será que essa guarda patrimonial está sendo criada pra nos proteger da população, porque do jeito que anda a política no país, Cascavel não é diferente; vira e mexe, temos problemas com o Ministério Público. Na semana tivemos mais um, vai se comprovar? Não sei. Será que essa guarda patrimonial armada está sendo criada pra proteger os políticos? Porque a população já dá pra ver que ninguém está preocupado. Se estivessem preocupados estariam resolvendo o problema de saúde do nosso município. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Rui Capelão: Na verdade, se formos vereador, o projeto a guarda patrimonial não vai proteger a população, só o patrimônio público. Esqueça dizer que a segurança de Cascavel vai melhor com a guarda patrimonial, porque ela da forma que está sendo criada, não vai trazer segurança nenhuma à população. Os assaltos, roubos que estão ocorrendo terá que ser feito pela Polícia Civil e Militar; já que a guarda patrimonial, da forma que está sendo criada, não vai ter essa competência. Obrigado. – Vereador Jorge Menegatti: Porém, diante de tudo que falei, hoje votarei favorável; porque vejo que é importante a criação. Amanhã não sei, mas me preocupa o momento que está sendo criada pra este governo pagar a conta e não o próximo. – Presidente: Em votação. Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foram favoráveis, os vereadores: Celso Dal Molin, Fernando Winter, Marcos Rios, Nei Haveroth, Claudio



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Gaiteiro, Walmir Severgnini, Jaime Vasatta, Jorge Menegatti, Romulo Quintino, Robertinho Magalhães, João Paulo, Ganso Sem Limite, Luiz Frare, Luiz Burgarelli, Pedro Martendal e Vanderlei Augusto da Silva) (Foram contrários os vereadores: Jorge Bocasanta, Professor Paulino, Rui Capelão e Paulo Porto) – Secretário: Com 16 votos favoráveis e 4 contrários, o Projeto de lei nº 97/2015 aprovado em primeira votação. – Presidente: Com 16 votos favoráveis e 4 contrários, Projeto de lei nº 97/2015 aprovado em primeira votação. Passamos pra primeira discussão do Projeto de lei nº 98/2015, que cria a guarda municipal de Cascavel, Estado do Paraná e dá outras providências. Em discussão o projeto. Em votação. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: No projeto nº 98 do concurso público, no artigo 14, onde fala da providência que tem que ter um concursado pra ser aprovado, tem os itens: estar em pleno gozo de direitos políticos, possuir nível médio completo, mais de 18 anos, carteira de habilitação, possuir idoneidade moral comprovada por investigação social e certidões expedidas pelo Poder Judiciário estadual e federal. Somos a favor da guarda municipal, mas queremos mais uma vez, pedir o respeito com a guarda patrimonial. Esses artigos que foram colocados aqui, na nossa emenda, que vamos colocar amanhã; colocamos algo que vem complementar na guarda patrimonial até pelo fato dos gastos, a partir de quando classificamos a guarda municipal classe I e II. Quando se troca a nomenclatura, passamos a guarda patrimonial pra municipal e todos eles entram na classe I. Entrando na classe I, eles vão seguir todas as exigências que estão no artigo 14, da lei nº 98. Cumprindo, poderão passar a classe II e andar armados. Se nenhum passar, nenhum passa esse estágio pra andar armada. Vamos supor que de 20, 10 preencham os requisitos, não há um gasto porque vamos usar os próprios guardas patrimoniais que passaram pra guarda municipal e cumprindo tudo que foi pedido; passarão a guarda armados e os que não passarem, não passarão e se nenhum passar, nenhum vai. Chama-se então do concurso mais 50 pra fazer parte; mas se 50 passar já preenchemos os 50 guardas patrimoniais armados e pode se chamar mais 50; se existe dinheiro pra isso e acho que existe. Vamos pedir na emenda, que ela seja analisada com muito amor, que seja estudada. Nós estamos só valorizando a guarda patrimonial e dando chance pra eles. Amanhã, quando formos votar a emenda que ela não seja vista como uma emenda que veio pra afrontar, mas para somar e pra que possamos ter em Cascavel a guarda municipal, como exemplo de vários municípios que tem. Na emenda também, coloquei várias publicações de municípios, onde não foi respeitada a categoria e eles entraram na Justiça e ganharam. Não queremos que aconteça isso em Cascavel. Queremos que a partir de amanhã, a guarda municipal seja criada e junto com a guarda patrimonial, mudando a nomenclatura, passando eles à guarda municipal, que não haja nenhum processo, nada que venha impedir que seja criada essa guarda em Cascavel; porque precisamos de segurança, de pessoas capacitadas pra auxiliar a polícia como em outros municípios. Peço aos senhores que analisem a situação, porque hoje estamos aqui pra decidir isso. Amanhã, talvez não estaremos e queremos deixar um bom exemplo a essa cidade e a essa categoria que tanto fez por nossa cidade. (-Peço a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Primeiro é importante, tem dois tópicos importantes a serem analisados neste projeto. Ouvi diversas falas no projeto nº 97 e que fugiram do tema. Existe uma questão de ordem e mérito que é, a necessidade de nós ampliarmos a situação, o amparo da categoria que hoje está numa situação que eles passam de enfrentar a violência que, cada vez mais tem aumentado na cidade. É importante o município dar esse amparo à categoria pra agir em casos extremos e não colocar sua vida em risco. Quanto ao mérito, existe uma reivindicação da população e, lembro no segundo turno da eleição quando afinaram os debates e propostas pra o pleito eleitoral; os dois candidatos defendendo a criação da guarda armada e inclusive, buscar recursos do Pronaf, que é o órgão federal que tem os recursos pra ajudar o município. Os dois que disputaram o mandato do Executivo se prontificaram em ajudar, neste sentido a segurança do município. Mas temos a questão técnica e legal. Seria bom, politicamente, pra qualquer vereador aqui, arrancar aplausos e dizer: posso garantir isso e vou garantir pra vocês; mas como falei desde o início, aquilo que coube a nós como vereadores a partir do momento que chegou a esta Casa o projeto, tentamos ajudar e estudar e ver as possibilidades. A Justiça do nosso país, a questão da legalidade, é uma confusão. Existe muito conflito de interpretação. Em um lugar dá jurisprudência pra isso, outro já dá inconstitucionalidade. Lógico que, não sou adivinho e vou dizer: vou ser a favor das emendas amanhã, e esta, vou ser contra. Nem vi as emendas, ainda. Vamos analisar com cuidado, mas não pregar nenhum tipo de ilusão à categoria e dizer: vocês vão ter garantido isso, porque infelizmente o Legislativo tem suas limitações. Cabe ao Executivo mandar as situações e a prerrogativa garantida por lei, e podemos em alguns aspectos, melhorar isso diante do que entendemos. É impossível nós garantirmos uma coisa aqui, que de repente não podemos amanhã estar garantindo à categoria. Vereador Rui Capelão, muito bem sabe da situação da segurança do município, e que nós tenhamos que sempre estar dando esse amparo a uma reivindicação da sociedade. Estamos numa situação de conflito e temos a reivindicação da população que quer isso; temos moção de apoio a esse projeto que o Executivo mandou. E, muitas vezes, não temos argumento pra dizer que está errado porque, juridicamente, temos pareceres, inclusive da procuradoria jurídica desta Casa dizendo que o projeto está correto. Mas se cabem emendas, este vereador também analisará e amanhã, estaremos debatendo e tentando dar esse avanço, essa garantia à população que necessita e também, à categoria que necessita ter uma capacitação melhor e um poder maior de reagir; principalmente quando suas vidas estão em risco nos ambientes que estão trabalhando e no enfrentamento das políticas públicas, que assim a lei nº 98 amparada pela 13.022 está sendo colocada. O vereador Pedro Martendal falou do artigo 22, da lei 13.022, tinha uma situação importante pra frisar. No artigo 2º diz assim: *Incumbe às guardas municipais, instituições de caráter civil, uniformizadas e armadas, conforme presente em lei, a função de proteção municipal preventiva, ressalvadas competências do Estado, União e Município.* Gostaria que todos atentássemos pra uma análise técnica e legal, pra que amanhã continuemos a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

debater esse projeto. Obrigado. – Presidente: Em votação. Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foram favoráveis, os vereadores: Celso Dal Molin, Fernando Winter, Marcos Rios, Nei Haveroth, Claudio Gaitero, Walmir Severgnini, Jaime Vasatta, Jorge Menegatti, Romulo Quintino, Robertinho Magalhães, João Paulo, Ganso Sem Limite, Luiz Frare, Luiz Burgarelli, Pedro Martendal e Vanderlei Augusto da Silva) (Foram contrários os vereadores: Jorge Bocasanta, Professor Paulino, Rui Capelão e Paulo Porto) – Secretário: Com 16 votos favoráveis e 4 contrários, Projeto de lei nº 98/2015 aprovado em primeira votação. – Presidente: Com 16 votos favoráveis e 4 contrários, o Projeto de lei nº 98/2015 aprovado em primeira votação. Finda está à matéria da ordem do dia. **GRANDE EXPEDIENTE:** – Presidente: Deixo a palavra livre aos senhores vereadores, para pronunciamento de interesse público. Temos a inscrição dos vereadores: Luiz Amélio Burgarelli, Pedro Martendal, Paulo Porto, Rui Capelão, Luiz Frare, Nei H. Haveroth e Professor Paulino. Com a palavra vereador Luiz Frare. - Vereador Luiz Frare: Abro mão da palavra. – Presidente: Com a palavra vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Paulo Porto: Questão de ordem. Gostaria de abrir mão da palavra e de maneira excepcional, pedir permissão pra me ausentar durante a tribuna. – Presidente: Vossa Excelência tem crédito, Vossa Excelência tem costume de ficar até o final da sessão, então liberação concedida. Com a palavra vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: Venho anunciar e denunciar questões, referentes à educação e um dos pontos importantíssimos que nós no Estado do Paraná ao longo de vários anos, democraticamente viemos elegendo nossos diretores, comunidade escolar, participando e feita a escolha dos que seriam nossos representantes pra gerir as escolas estaduais. Ano passado o processo, o curso pra eleição de nossos diretores com a Comissão de eleição nas escolas já preparadas com candidatos já preparados, a comunidade já consciente que estava vencendo mais um período da gestão de nossos diretores, quando de repente o secretário de Educação suspende o processo, dizendo que haveria verificação. Isso foi ano passado. Debate, tentamos com a Secretaria de Educação, APP Sindicato, professores e nos foi dito que ficaria para logo após as eleições gerais e, se voltaria debater o fato; mas não se debateu e, no ano passado empurrou pra este ano. E o que ouvimos no final do ano passado, foi algo lamentável, quando tivemos no final do ano, o chamado “pacotaço” do Beto Richa, quando aprovou a gênese pra aumento de mais de 94.000 itens de taxaço dos produtos do Estado do Paraná, onde estamos pagando mais caro a partir do mês de abril; 94.000 itens de consumo pra grande maioria da população. Esse é um dos pontos, que é importante pra o Governo tentar na época desestruturar os debates que eram feitos na categoria dos professores do Estado, de modo geral e nós não desistimos. Esperávamos que este ano, o governo Beto Richa, através da Secretaria de Educação estabelecesse as relações republicanas, pra se fazer o debate que fundamentaria as eleições. A educação que queremos pra nossa população e, infelizmente, não foi isso que aconteceu. Ao invés de discutirmos eleições, naquele momento tínhamos que discutir a reposição salarial, tínhamos que rediscutir o PSPN, que mais uma vez teria que a partir de janeiro deste ano, tínhamos que ter o PSPN em



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

todas as prefeituras do Paraná e do Brasil, e também, o Estado do Paraná teria que ter dado exemplo. A coisa recrudesciu tanto que na sede de impostos, não chegou aqui os 94.000 itens que o governo cobrou mais caro. Teve ainda de meter a mão na poupança, nos recursos que nós, enquanto funcionários do Paraná, os recursos da Paraná Previdência, mais de 8 bilhões foi autorizado pra que o Governo do Estado se apropriasse desse recurso e o que vimos foi, aquela tragédia do dia 29. Já em março tivemos o massacre de professores e funcionários na Assembleia Legislativa e, dia 29 aquele fatídico, 213 pessoas que foram cruelmente massacrados, machucados e muita gente ainda que, não se recuperou da tragédia e temos a tragédia democrática. Hoje qual a proposta da Secretaria de Educação, que na verdade ela jogou pra Assembleia Legislativa? Onde será debatido? Onde será feito? Que tipo de eleição vai acontecer? Vai depender dos deputados que a gente sabe, um rolo compressor não muito diferente da nossa Câmara de Vereadores; tudo que o Executivo quer é votado e também, em Curitiba tudo que o governo quer, lá também passa. O que está assustando os professores e a democracia do Estado do Paraná? É que a proposta do governo é que se dá 2 anos de mandato pra os diretores, onde eles terão que cumprir uma meta, que é seguir a cartilha do governo. O que não cumprir a cartilha não poderá nem sequer mais candidatar e, cumprindo os 2 anos não poderá mais ser candidato. Isso pra nós é um dos pontos mais fundamentais que temos, no sentido de não aceitarmos. A APP Sindicato está reivindicando aos senhores deputados que repensem junto com a categoria, não tenham medo da democracia, porque se esses diretores não atenderem a disposição da comunidade escolar, essa comunidade tem todo direito de não reelegê-los. Por isso, solicitamos aos vereadores que têm força junto aos deputados, que procurem conversar com eles. Aqui em Cascavel, tivemos reunião quinta-feira, juntamente com os diretores de colégio e vamos procurar conversar com os deputados da nossa cidade, pra que eles conversem, debatam esse projeto antes de ser colocado em votação, debatam com os professores, funcionários, com toda comunidade, que se faça a prática republicana em nossas escolas em todo Estado do Paraná é isso que defendemos. Gostaríamos de contar com o apoio dos vereadores, que conversem com seus representantes estaduais, pra que a gente possa fazer um debate democrático e que as escolas do Paraná, sejam exemplo de democracia. Obrigado! – Presidente: Com a palavra vereador Luiz Amélio Burgarelli. - Vereador Luiz Amélio Burgarelli: O que me chama atenção foi o início da chamada CPI do Cisop, que convocou os profissionais da saúde, médicos e alguns dados levantados. Chamaram uma doutora que nem presta serviço ao Cisop, Dra Elenara, chamaram outros profissionais que atendem número variável de consultas e o ortopedista que tem a área mais polêmica, onde documentadamente, tem tido dificuldade em estabelecer o tempo de consulta pelo número de pessoas que ele atende e, o resultado não tem sido o esperado. A gente lamenta isso como profissional, mas acredito que o grande problema na área da prestação de serviço dos médicos está na gestão. No contrato que foi elaborado e está em vigência, onde prevê apenas a consulta ao doente e não prevê a realização do procedimento, onde prevê a consulta e



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

não prevê o retorno pra mostrar exames. Eu já entro aqui com uma pauta de sugestões ao final dessa CI que talvez, seja a criação de um Conselho de Profissionais Prestadores de Serviço; um gestor e ao mesmo tempo um usuário, porque eles são o termômetro. Porque, às vezes, algumas pessoas mesmo sabendo, elas não ouvem e, se sentem surdas pra ver as sugestões e aperfeiçoamento do sistema. Acredito que o aperfeiçoamento do sistema seria mais que suficiente pra corrigir essas deficiências. Profissionais que não têm capacidade pra prestar o serviço, que não têm resolutividade, que não cumprem um contrato que a meu ver tinha que ser melhor elaborado, prevendo que o profissional que indique a cirurgia também, busque o local e faça esse procedimento e não, indique a cirurgia pra jogar pra frente e se livrar de um problema. Isso vai resolver! Gostaria que essa CPI que está correndo aqui nesta Casa questione contratos milionários de prestadores de serviço: aqueles ônibus que vieram pra o Cisop a que servem, onde estão? Há outras tantas denúncias administrativas aí sim, é que talvez esteja o problema. Se é que vamos chegar a um resultado com culpados, mas o próprio fato de você discutir o Cisop e seus resultados, já é extremamente positivo, tanto que por sugestões de todos os colegas aqui, de médicos da cidade, do clamor é que, vimos na semana passada, Cascavel ser contemplada com a primeira parte de cirurgias que a gente já sugeriu, aqui e tantos outros fizeram, que são os mutirões. Não é solução; mas é a saída emergencial pra o problema. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Jaime Vasatta: A questão da doutora que foi intimada como testemunha pra depor, na verdade houve um erro, sim. Ela constava ainda, na lista do Cisop e foi justificada e foi dispensada. Importante dizer que, os médicos que vieram aqui, deram seu depoimento e disseram que algumas especialidades estão sim, diferenciadas em termos de número de consultas. Uns consultam mais e outros menos e isso, nos deixa preocupados; mas foi muito bom até agora. As pessoas estão contribuindo, gostaria que o senhor como médico, pudesse nos trazer informações, porque precisamos chegar no final da CPI e ter um resultado positivo. - Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Obrigado, terminei. – Presidente: Com a palavra vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Me inscrevi pra falar de um assunto deveras importante e fiquei mais feliz, porque coincidiu com a votação do projeto em parceria com o vereador Luiz Amélio Burgarelli; pois hoje, dia 21, pela Lei Federal 11.133 de 14/07/2005 foi instituído o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. Hoje é um dia que se celebra esta luta, em defesa de todas as pessoas com deficiência, seja ela: auditiva, motora, intelectual assim por diante. Então um dia importante, dia 21, foi sancionada pelo saudoso presidente em exercício, naquela oportunidade, o senhor José Alencar Gomes da Silva; então queria deixar registrada essa data tão importante na defesa dos direitos da pessoa com deficiência, que diariamente tem seus direitos não respeitados. Seria isso. Muito obrigado. - Presidente: Sendo a próxima inscrição do vereador Rui Capelão, mas pela sua ausência em Plenário e não havendo mais ninguém pra pronunciamento de interesse público encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às onze horas e dezenove minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

mim, Ivanilsa Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO

Presidente

ROMULO QUINTINO

Secretário